



Textos percurso permanente - Composições gráficas

1685

- Entrée de date:

Texto de secção

A França do Antigo Regime, terra de acolhimento, terra de exílio

No final do século XVII, o reino de França é uma terra de imigração e emigração. Os estrangeiros que aí se estabelecem vêm essencialmente de países fronteiriços, por razões principalmente económicas, mas também por razões políticas ou religiosas. Raros são os estrangeiros que obtêm uma "carta de naturalidade" que lhes permitiria tornarem-se súbditos do rei.

Simultaneamente, desenvolve-se o comércio transatlântico de escravos: nas possessões francesas das Índias Ocidentais, a economia de plantação é alimentada pela escravização dos cativos africanos que tinham sobrevivido a esta migração forçada. Em março de 1685, é promulgado o "édito sobre a polícia dos escravos das ilhas da América francesa", conhecido como o *Code Noir* (Código Negro), que sintetiza quase cinquenta anos de regulamentações baseadas em costumes e jurisprudências locais.

Em outubro de 1685, Luís XIV assina o Édito de Fontainebleau, que proíbe a prática pública da "chamada religião reformada", o protestantismo. Os protestantes franceses - ou huguenotes – são instados a converterem-se ao catolicismo. Em dois anos, cerca de 100.000 deles exilam-se em terras mais acolhedoras na Europa, mas também nas Índias Ocidentais e na África Austral.

- Pequena cronologia

1685: Adoção do édito "sobre a polícia dos escravos das ilhas da América francesa", mais tarde denominado "Code Noir".

[Tapez ici]

O Édito de Fontainebleau revoga o Édito de Nantes que tinha sido assinado em 1598 por Henrique IV e que concedia aos protestantes liberdade de consciência, igualdade cívica e liberdade religiosa restrita. Cerca de 100.000 huguenotes deixam o país.

1688: Após a Revolução Gloriosa em Inglaterra, o rei católico Jaime II exila-se em França, acompanhado por 30.000 a 40.000 jacobitas (partidários do rei) ingleses, escoceses e irlandeses.

1697: A fim de reequilibrar as suas finanças, a monarquia decide tributar "todos os estrangeiros instalados no reino desde 1600, bem como os seus descendentes, herdeiros e sucessores".

1777: Declaração do rei para a "polícia dos Negros" que proíbe "todos os Negros, Mulatos e Pessoas de cor de entrar em França", com exceção dos criados.

- CP 0.1 *Esclaves et libres de couleur*

Texto de subsecção

A escravatura e o comércio de escravos na época do *Code Noir*

O comércio transatlântico de escravos ganha força no século XVII e liga a Europa, a África, a América e as Caraíbas. Em 1674, as possessões francesas nas Índias Ocidentais tornam-se colónias reais. Em 1685, é adotado um édito sobre "a polícia das ilhas da América francesa", que viria brevemente a ser chamado de "Code Noir" e institucionaliza uma nova ordem racial. Entre 1713 e 1791, 1 milhão de cativos africanos são vendidos como escravos e deportados para as Índias Ocidentais, dos quais mais de 775.000 para Saint-Domingue. Na véspera da Revolução Francesa, os escravos representam mais de 80% da população das Índias Ocidentais francesas, sendo que os restantes eram colonos e "pessoas de cor livres". Estes últimos, homens livres ou descendentes de homens livres, não têm os mesmos direitos que os franceses brancos.

- CP 0.2 *L'exil des huguenots*

Texto de subsecção

O exílio dos huguenotes

"Um rei, uma lei, uma fé": foi em nome deste princípio que Luís XIV promulga o Édito de Fontainebleau em 1685. Revogando assim o Édito de Nantes, assinado por Henrique IV em 1598, que concedia aos protestantes liberdade religiosa. Os huguenotes (protestantes franceses) são então

[Tapez ici]

instados a converterem-se ao catolicismo. Perante as perseguições (chamadas de dragonadas), mais de um quarto deles prefere exilar-se. São acolhidos nas Províncias Unidas (atuais Países Baixos), Suíça, Inglaterra e Prússia. Alguns vão até à África Austral e às colónias britânicas do Novo Mundo. Entre 1680 e 1715, 180.000 huguenotes deixam a França. Trata-se do movimento migratório mais importante do Antigo Regime.

- CP 0.3 *Les étrangers sous l'Ancien Régime*

Texto de subsecção

Os estrangeiros sob o Antigo Regime

O reino de França atrai comerciantes, colportores, camponeses e artesãos dos países fronteiriços. Também recorre aos serviços de especialistas estrangeiros altamente qualificados: artistas e banqueiros italianos, comerciantes e armadores holandeses e castelhanos, tipógrafos e armeiros do outro lado do Reno...

Apesar das restrições impostas aos estrangeiros, a França da monarquia absolutista não é apenas uma grande terra de imigração, mas também um lugar de asilo. No virar dos séculos XVII e XVIII, numerosos exilados chegam ao reino, como os jacobitas: partidários ingleses, escoceses ou irlandeses do rei católico Jaime II expulso pela revolução inglesa, unem-se ao seu monarca refugiado em França.

- Entrée de date :

Texto de secção

Os estrangeiros na Revolução Francesa

Os estrangeiros podem ser encontrados nas três ordens da sociedade do Antigo Regime (nobreza, clero, terceiro estado). No entanto, não têm os mesmos direitos que os súbditos do rei nascidos no reino, chamados de "reinícolas".

Em 1789, a Revolução Francesa instituiu a cidadania política, fundada no reconhecimento de novos direitos civis e políticos. Os estrangeiros, que beneficiam da liberdade de expressão e reunião, continuam a ser excluídos do direito de voto. Contudo, podem juntar-se ao grupo de cidadãos franceses: a Revolução Francesa simplifica as condições de acesso à naturalização e ao exercício das funções públicas.

Neste contexto revolucionário, cerca de 150.000 "emigrantes" franceses, partidários da monarquia ou temendo pelas suas vidas, escolhem o exílio e esperam restabelecer o Antigo Regime em França. Estes "emigrantes" serão posteriormente despojados dos seus direitos civis e privados dos seus bens.

No virar dos séculos XVIII e XIX, seguem-se outros tipos de migrações, estabelecendo uma ligação entre a França metropolitana e as colónias. Enquanto o comércio transatlântico de escravos atinge o seu auge, vários colonos rumam à metrópole ou ao continente americano após a revolta dos escravos em Saint-Domingue (1791) e a primeira abolição da escravatura (1794). A flutuação das fronteiras europeias devido às guerras napoleónicas origina migrações intercontinentais durante o Primeiro Império (1804-1815) e o início da Restauração (1815-1830): conscritos franceses, soldados estrangeiros, prisioneiros de guerra, exilados políticos e trabalhadores de países vizinhos.

- o Pequena cronologia:

1789: Adoção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Início da emigração para o estrangeiro de franceses que se opõem à Revolução ou que fogem dos seus problemas.

[Tapez ici]

1791: Em Saint-Domingue, revolta que leva, dois anos mais tarde, à abolição da escravatura na colónia e posteriormente, em fevereiro de 1794, na totalidade do território francês.

1793: Numa altura em que a República se encontra sob ameaça tanto exterior como interior, são tomadas medidas de vigilância e exclusão destinadas aos estrangeiros, que são equiparados a "suspeitos".

1802: Amnistia para os "emigrantes" franceses; restabelecimento da escravatura nas colónias por Napoleão Bonaparte, então Primeiro Cônsul.

1804: Adoção do Código Civil Napoleónico: a nacionalidade francesa privilegia o direito de sangue (filiação paterna) e aumenta para dez anos o período de residência necessário para requerer a naturalização.

Texto de subsecção

Os estrangeiros e o nascimento da cidadania política

Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (agosto de 1789), os súbditos do rei tornam-se cidadãos. Os estrangeiros, anteriormente apelidados de "aubains", "forains" ou "horsains", estavam submetidos a uma incapacidade civil e política. A partir de abril de 1790, podem adquirir o estatuto de Francês na condição de prestarem juramento cívico e de terem residido no país durante cinco anos consecutivos. Os estrangeiros envolvem-se então nas administrações e nas novas formas de sociabilidade cívica (festas revolucionárias, clubes políticos). Na primavera de 1793, no entanto, devido à guerra contra as monarquias europeias, são colocados sob vigilância e sujeitos a medidas de exclusão. A Constituição Montagnarde de 24 de junho de 1793, que nunca foi aplicada, reconhece simbolicamente o asilo concedido aos defensores da liberdade.

- CP 1.2 *Dynamiques coloniales et atlantiques*

Texto de subsecção

A revolução de Saint-Domingue

Em 1791, uma revolta de escravos na colónia francesa de Saint-Domingue (atual Haiti) transforma-se numa revolução. Por vários motivos, provoca importantes migrações para as Caraíbas e a

[Tapez ici]

América do Norte. Pode tratar-se de colonos brancos, escravos negros levados à força pelos seus senhores, ou "livres de cor" (escravos libertados e os seus descendentes). Entre 1791 e 1815, 15.000 deles fogem de Saint-Domingue para a Louisiana. Devido à insurreição dos escravos na ilha, a escravatura é abolida em Saint-Domingue em 1793, uma decisão que foi alargada a toda a França no ano seguinte. Em 1802, porém, a escravatura é restabelecida por Napoleão Bonaparte e as "pessoas de cor" deixam de ter direito ao título de cidadão francês.

- CP 1.3 *La France post-révolutionnaire*

Texto de subsecção

Trabalhadores e exilados

Após o golpe de Estado de 18 de Brumário (9 de novembro de 1799) e a proclamação do Primeiro Império (18 de maio de 1804), a França Napoleónica continua a acolher os estrangeiros no seu solo. O Código Civil redefine as condições de acesso à naturalização: os estrangeiros devem estar domiciliados no território durante pelo menos dez anos se quiserem tornar-se franceses. Na prática, raros são aqueles que requerem e obtêm a naturalização, uma vez que esta exigia a submissão dos mesmos a obrigações militares. A maioria dos estrangeiros opta portanto pelo estatuto de "admissão ao domicílio" criado pelo Código Civil, que lhe confere direitos civis por um determinado período. Os fluxos migratórios prosseguem durante a Restauração: na primeira metade do século XIX, a França é o principal país de imigração na Europa.

- Entrée de date :

Texto de secção

Emigrantes, exilados, colonos e colonizados

Sob a Monarquia de Julho (1830-1848), o acolhimento de estrangeiros em França é objeto de um ponto de viragem importante. A revolução liberal das Três Gloriosas leva à chegada de milhares de exilados políticos europeus (predominantemente polacos em fuga à repressão russa). Em 1832, uma primeira lei sobre os "refugiados" consagra o reconhecimento desta categoria administrativa que isola um grupo circunscrito de estrangeiros mais vigiados do que outros.

Em 1848, a Revolução de Fevereiro põe fim à monarquia e a Segunda República adota o sufrágio masculino. As condições para a naturalização são assim facilitadas. Pela primeira vez, em 1851, os estrangeiros são contabilizados no recenseamento da população. Implicam-se na vida cultural do país e envolvem-se tanto na política como nas insurreições e revoluções que ritmaram o século XIX.

O ano de 1848 também assiste ao desenvolvimento das migrações com destino às colónias. A conquista da Argélia, a partir de 1830, tinha sido sangrenta e a sua colonização hesitante. Após a derrota do Emir Abdelkader, a Segunda República divide o norte da Argélia em três departamentos. O Estado quer colonos franceses lá, mas muitos dos que lá se estabelecem vêm de ilhas e regiões pobres do Mediterrâneo. É também para a Argélia que a República, que se tinha tornado conservadora após o verão de 1848, procura deportar os seus indesejáveis, mas as tentativas de colonização penal fracassam.

- o Pequena cronologia:

1832: Adoção em março de 1832 de uma primeira lei sobre os "refugiados" que generaliza a atribuição de residência aos mesmos nos departamentos, a uma distância segura da capital.

1848: Segunda República: concessão do direito de voto aos cidadãos de sexo masculino e segunda abolição da escravatura nas colónias.

Transformação do norte da Argélia em departamentos franceses (Argel, Constantina, Orão); as migrações francesas e europeias para esta colónia são encorajadas.

[Tapez ici]

1851: Adoção do duplo direito do solo: qualquer indivíduo nascido em França de um progenitor estrangeiro que tenha nascido em solo francês, é francês. Esta nacionalidade pode ser renunciada no momento da maioridade.

De acordo com o recenseamento, que contabiliza pela primeira vez os estrangeiros, estes constituem 1% da população.

2 de dezembro de 1851: Golpe de Estado de Louis-Napoléon Bonaparte que força cerca de 10.000 republicanos franceses a exilarem-se.

1871: Comuna de Paris: muitos estrangeiros participam nesta insurreição contra o governo de Adolphe Thiers. Na sequência da sua repressão, cerca de 4.000 comunas são deportadas para a Nova Caledónia, onde se juntam aos 2.000 argelinos deportados após as insurreições de 1864 e 1871.

- CP 2.1 *Réfugiés, naissance d'une catégorie administrative*

Texto de subsecção

Os refugiados estrangeiros: nascimento de uma categoria administrativa

Após a Revolução das Três Gloriosas em Paris, em julho de 1830, milhares de exilados convergem para o país. Mais de 7.000 estrangeiros obtêm o estatuto de refugiados e uma ajuda financeira. O governo transfere-os para "depósitos" em cidades distantes da capital e das fronteiras externas.

O ano de 1848 é marcado pelas revoluções da "Primavera dos Povos". Após a proclamação da República em fevereiro, famosos proscritos estrangeiros, tais como Karl Marx, vão ou voltam para França. O novo regime concede a naturalização de uma forma mais liberal mas, a partir do ano seguinte, a República, que se tinha tornado conservadora, restringe as condições de acolhimento.

- CP 2.2 *Circulations politiques et culturelles*

Texto de subsecção

Implicações políticas e culturais

[Tapez ici]

Na primeira metade do século XIX, os estrangeiros tomam parte na vibrante vida cultural da época romântica. Sem sequer beneficiarem de direitos políticos, envolvem-se no debate de ideias, nomeadamente no âmbito da imprensa: em 1849, o poeta polaco Adam Mickiewicz fundou *La Tribune des peuples*, um jornal dotado de uma redação cosmopolita. O envolvimento de estrangeiros também assume formas menos pacíficas: nas barricadas da Comuna de Paris (primavera de 1871) encontram-se estrangeiros como o general polaco Jaroslaw Dombrowski, a ativista russa Elisabeth Dmitrieff ou o joalheiro húngaro Léo Frankel.

- CP 2.3.1 *Compter, surveiller, représenter les étrangers*

Texto de subsecção

Estrangeiros mais visíveis

Em 1844, foi publicada a série ilustrada *Les Étrangers à Paris* (Os Estrangeiros em Paris) que destaca a variedade de estrangeiros que vivem ou passam pela capital. Inclui um viajante inglês rico, um jovem limpa-chaminés de Sabóia, então possessão do Reino da Sardenha, e um proscrito espanhol. Os estrangeiros, estando melhor representados na literatura, ganham em visibilidade. Em março de 1851, os estrangeiros são contabilizados pela primeira vez no recenseamento nacional. Representam assim 1% da população em todo o território e 6% em Paris. São-lhes impostas novas formas de controlo: um boletim individual para os refugiados ou uma autorização de residência para os estrangeiros que desejem estabelecer-se nas grandes cidades.

- CP 2.4.1 *Seconde abolition de l'esclavage*

Texto de subsecção

Segunda abolição da escravatura

O decreto de 27 de abril de 1848 abole a escravatura pela segunda vez nas colónias francesas, definida como um "atentado à dignidade humana". Os franceses que continuassem a praticar o comércio de escravos ou a adquirir novos escravos são suscetíveis de "perder o estatuto de cidadãos franceses". Os direitos civis e cívicos são concedidos aos escravos libertados nas "velhas colónias" (Guadalupa, Guiana, Martinica, Reunião e Senegal) mas a mobilidade dos mesmos permanece muito controlada.

[Tapez ici]

Para substituir os escravos, as plantações recorrem maciçamente ao sistema de "servidão": muitas vezes endividados, os "serventes" africanos e asiáticos assinam contratos de trabalho draconianos para se juntarem às colónias francesas, onde são obrigados a permanecer.

Novos estatutos surgem nas colónias que não tinham sido terras de escravidão, como a Argélia francesa. Em 1881, uma lei define um regime penal de exceção aplicável aos "indígenas". Verdadeira marca da dominação colonial, o *Code de l'indigénat* é aplicado em várias partes do Império.

1889

- Entrée de date :

Texto de secção

Dos estrangeiros aos imigrantes

Nos termos da Terceira República, a lei de 26 de junho de 1889 torna obrigatório o duplo direito do solo. Uma criança nascida em França de um progenitor nascido em França é francesa desde o nascimento.

Esta lei foi motivada por duas razões:

- na metrópole, o objetivo é evitar que crianças francesas nascidas de pais estrangeiros abandonassem a nacionalidade francesa de forma a evitar o serviço militar de uma duração de cinco anos, que mais tarde foi reduzida para três;
- na Argélia, os colonos franceses temem ser suplantados numericamente por estrangeiros europeus. É por isso que a lei prevê que os descendentes destes últimos se tornem automaticamente franceses quando atingirem a maioridade.

A imigração prossegue ainda no final do século XIX. Trata-se principalmente de trabalhadores belgas e italianos que vêm para compensar a "falta de mão-de-obra". Nesta mesma época, o mundo inteiro atravessa uma longa crise económica. Em França, essa crise resulta num surto xenófobo: os estrangeiros são objeto de panfletos hostis e de violências coletivas. A partir da década de 1880-1890, a presença de mão-de-obra estrangeira é vista como um problema. A figura do imigrante torna-se, com o judeu - inclusive francês, como era o capitão Alfred Dreyfus -, o bode expiatório por excelência.

- Pequena cronologia

1881: O número de estrangeiros instalados em França representa cerca de 2,7% da população total, ou seja, mais de 1 milhão de pessoas.

1889: O duplo direito do solo é instaurado pela lei de 26 de junho de 1889.

[Tapez ici]

1893: Publicação pelo escritor nacionalista Maurice Barrès de um panfleto intitulado *Contre les étrangers* (Contra os estrangeiros). Massacre em Aigues-Mortes, por trabalhadores franceses, de pelo menos uma dúzia de trabalhadores sazonais italianos nas salinas.

Adoção de uma lei "relativa à residência de estrangeiros em França e a proteção do trabalho nacional": os estrangeiros que chegam para trabalhar devem fazer uma declaração de residência.

1901: Os italianos constituem a maior comunidade estrangeira, à frente dos belgas.

- CP 3.1 *Travail et immigration de masse*

Texto de subsecção

Trabalho e imigração

No final do século XIX, a imigração em França assume uma nova dimensão: o recenseamento de 1881 mostra que mais de 1 milhão de estrangeiros vivem no território. Nas fábricas de fiação, minas e cidades industriais do Norte, a presença belga, essencialmente flamenga, é maciça. Os imigrantes são igualmente numerosos em Paris, particularmente nos vastos estaleiros de construção lançados pelo Prefeito Haussmann para modernizar a capital. Os trabalhadores italianos participam na construção dos *Chemins de fer du Midi* ou trabalham no comércio e outros serviços. Paralelamente a este afluxo de trabalhadores não qualificados, continuam a chegar elites da Europa e de outros horizontes mais longínquos. Nessa época, o trabalho, o envolvimento sindical e a escola republicana representam uma poderosa alavanca de integração para os imigrantes e os seus filhos.

- CP 3.3 *Crise xénophobe et antisémite*

Texto de subsecção

Crise xenófoba e antissemita

A demarcação entre estrangeiros, por um lado, e cidadãos franceses, por outro, a quem são concedidos direitos políticos e sociais, torna-se mais pronunciada no início da Terceira República. Na opinião pública, as ideias xenófobas e antissemitas propagam-se. Ao mesmo tempo, a figura do estrangeiro é prontamente equiparada a um "inimigo de dentro". Teorias supostamente científicas alimentam o racismo.

[Tapez ici]

No mundo dos trabalhadores, os tumultos anti-Belgas multiplicam-se no Norte, à semelhança do que aconteceu em Lens em 1892. Ao mesmo tempo, são cometidos muitos atos de violência contra os italianos. O ponto culminante é o massacre nas salinas de Aigues-Mortes em 1893: de acordo com o relatório oficial, oito trabalhadores italianos são mortos, embora na realidade tenham sido provavelmente muitos mais. O assassinato do Presidente Sadi Carnot pelo anarquista Caserio no ano seguinte reforça ainda mais o preconceito contra o criminoso e perigoso italiano.

- CP 3.4 Passages et émigrations

Texto de subsecção

Passagens e emigrações

No final do século XIX, a França é o maior país de imigração da Europa. Constitui também uma terra de trânsito e partida, numa época em que cada vez mais europeus empreendem migrações transatlânticas: cerca de 38 milhões deles partem para as Américas entre 1881 e 1914. A partir de meados do século XIX, os horários dos barcos a vapor do Havre são anunciados nos jornais de todos os grandes centros de emigração. A fim de responder ao trânsito de emigrantes para a América, a lei de 1855 cria um corpo de "comissários especiais encarregados da emigração". Durante muito tempo, Le Havre continua a ser o porto de partida mais importante. A cidade permanece associada à *Compagnie française maritime*, rebatizada *Compagnie générale transatlantique* em 1864. A partir de 1887, Marselha torna-se o principal porto francês para emigrantes que procuram alcançar às Américas.

1917

- Entrée de date :

Texto de secção

Desde a Grande Guerra até aos anos 1920

A Primeira Guerra Mundial transtorna a condição dos estrangeiros. A partir de agosto de 1914, são sujeitos a uma vigilância acrescida. O Estado controla a circulação dos mesmos, os passaportes com vistos são reintroduzidos e as autorizações de residência tornam-se obrigatórias. Os nacionais das potências inimigas têm de deixar o país sem demora; caso contrário, seriam internados. Nacionais de países neutros, italianos ou espanhóis, também se vão embora, empurrados pelo Estado e pela pressão xenófoba.

No entanto, devido à guerra, o país precisa de estrangeiros. Na linha da frente e de trás, o conflito é um período de circulação intensa. Durante quatro anos, soldados e trabalhadores, estrangeiros e coloniais, quer sejam ou não voluntários, cruzam-se na metrópole. Esta nova diversidade tem um impacto profundo na sociedade.

O Estado intervém maciçamente no recrutamento, administração e controlo dos imigrantes. Em abril de 1917, cria o bilhete de identidade para estrangeiros. Uma vez regressada a paz, este bilhete de identidade torna-se um instrumento durável e central das políticas migratórias.

No rescaldo da guerra, a Europa está marcada pela violência que provocou a migração em grande escala de refugiados, nomeadamente para França. Para satisfazer as necessidades de reconstrução e para compensar o défice demográfico causado pelo conflito, o governo decide recorrer a trabalhadores estrangeiros. Assina convenções internacionais e organiza recrutamentos coletivos com o apoio do patronato. As antigas rotas migratórias, fundadas em redes de conhecimento, continuam a funcionar.

- o Pequena cronologia:

1914: A declaração de guerra desencadeia grandes movimentos populacionais: os nacionais de países inimigos têm dois dias para deixar o país, os estrangeiros de países neutros são forçados a partir, enquanto chega um grande número de refugiados belgas.

[Tapez ici]

1917: Criação, por decreto, de um bilhete de identidade "para uso dos estrangeiros" que autoriza e regulamenta as estadias dos mesmos em França. O estatuto de "trabalhadores estrangeiros e coloniais" é rapidamente clarificado mediante um segundo decreto.

1924: Fundada pelo patronato, a *Société générale d'immigration* organiza recrutamentos coletivos de trabalhadores estrangeiros. De 1924 a 1930, traz para França cerca de 450.000 homens e mulheres para a indústria, minas e agricultura.

1927: O acesso à nacionalidade francesa é facilitado pela lei de 10 de agosto. Três anos de estadia são agora suficientes para solicitar a naturalização. As mulheres francesas que casam com um estrangeiro mantêm a sua nacionalidade. O procedimento administrativo avalia, pela primeira vez, o "grau de assimilação". O número de naturalizações aumenta acentuadamente.

- CP 4.1 *Étrangers et coloniaux dans l'effort de guerre*

Texto de subsecção

Estrangeiros e coloniais no esforço de guerra

Em 1914, 43.000 estrangeiros alistam-se e lutam pela França, como os italianos que formam a Legião Garibaldina no seio do exército francês. No império colonial, meio milhão de soldados são mobilizados.

Durante a guerra, confrontada com uma penúria de mão-de-obra, a administração recruta 500.000 trabalhadores provenientes das colónias, da China e de outros países estrangeiros. Os acordos assinados com vários Estados europeus garantem direitos aos estrangeiros recém-chegados. Os trabalhadores coloniais, por outro lado, são relegados para empregos não qualificados de acordo com critérios raciais. Sujeitos à disciplina militar, isolados da população, vigiados, alguns entram em greve, fogem ou revoltam-se.

- CP 4.2.1 *Contrôle des étrangers*

Texto de subsecção

O controlo dos estrangeiros

Em 1917, o Estado cria um bilhete de identidade para os estrangeiros, que é equivalente a uma autorização de residência, e um cartão de trabalhador para os estrangeiros e coloniais. Após o conflito, um cartão único obrigatório substitui-os. Esta permite a identificação e controlo da entrada, estadia e trabalho dos estrangeiros.

[Tapez ici]

A partir de 1922, os refugiados russos e posteriormente arménios, que se tinham tornado apátridas, obtêm um certificado de identidade e de viagem criado pela Sociedade das Nações (SDN), por iniciativa do diplomata norueguês Fridtjof Nansen. Este certificado, conhecido como "passaporte Nansen", confere aos apátridas um estatuto civil e a possibilidade de se deslocarem num mundo cada vez mais sujeito a restrições administrativas.

A criação destes dois documentos leva ao desenvolvimento de duas administrações: as prefeituras de bilhetes de identidade e os escritórios de refugiados que, organizados por nacionalidade, trabalham em nome da SDN, em conjunto com as autoridades francesas.

- CP 4.3 Les travailleurs immigrés après guerre

Texto de subsecção

Os trabalhadores imigrantes após a guerra

Em França, a Grande Guerra resultou em 1,5 milhões de mortes. Em 1919, para colmatar a falta de mão-de-obra, o Estado assina um acordo com a Polónia e depois com outros países europeus para recrutar trabalhadores. A partir de 1924, a *Société générale d'immigration*, criada pelo patronato, gere os recrutamentos sem qualquer controlo real do Estado. Os candidatos são primeiro examinados e selecionados em centros dedicados como Myslowice, na Polónia, e depois enviados para França em "depósitos", como o de Toul, na Lorena. Identificados e fotografados à chegada, juntam-se depois aos seus empregadores na indústria, minas ou agricultura. Os sectores tradicionais, fundados em redes locais ou familiares, permanecem ativos, nomeadamente entre italianos ou judeus da Polónia.

- CP 4.4 Portrait collectif d'une France diverse

Texto de subsecção

Retrato coletivo de uma França diversificada

No virar dos anos 1930, a forte presença de pessoas provenientes das colónias ou do estrangeiro torna-se visível no espaço público. A produção cultural, práticas religiosas, eventos desportivos, negócios e compromissos políticos reforçam as expressões comunitárias. Nas habitações mineiras do Norte, os polacos reconstituem "pequenas pátrias" com fortes laços de identidade. Nas grandes cidades, o aspeto de certos bairros é transformado. Estas comunidades unidas proporcionam aos

[Tapez ici]

estrangeiros um apoio real face à precariedade; no entanto, não impedem uma abertura à sociedade francesa e um processo de enraizamento discreto, particularmente para as crianças da segunda geração.

1931

- Entrée de date :

Texto de secção

Face às crises

Em 1931, 2,7 milhões de estrangeiros vivem em França, ou seja, 7% da população. A grande maioria vem de países europeus, sendo a Itália e a Polónia os líderes desta lista. Menos são aqueles que provêm das colónias francesas, que eram estreitamente supervisionados. Em maio, a abertura da Exposição Colonial Internacional em Paris celebra o Império. É nesta ocasião que é construído o *Palais de la Porte Dorée*, cuja decoração testemunha o fervor colonial da época.

O ano de 1931 marca também o início de uma década de crises: económica, social e política. Face ao aumento do desemprego, a proteção da mão-de-obra nacional torna-se uma prioridade. Sob pressão das classes médias, um arsenal jurídico limita o acesso dos estrangeiros ao mercado de trabalho e proíbe-os de determinadas profissões. Muitos deles, privados de emprego, são assim privados de documentos válidos e obrigados a abandonar o país, reprimidos, repatriados ou expulsos.

Este protecionismo é alimentado pela antiga xenofobia e antissemitismo, exacerbado pela chegada de muitos refugiados judeus em fuga do nazismo. No topo do Estado, alguns peritos tentam impor uma hierarquia dos estrangeiros de acordo com as origens consideradas mais ou menos "desejáveis".

Em 1936, a Frente Popular representa uma frágil melhoria. Embora a solidariedade pareça prevalecer durante algum tempo, as tensões internacionais e a chegada de novos refugiados agravam rapidamente as divisões na sociedade francesa. Em 1938, os decretos Daladier iniciam um período sem precedentes de repressão contra os estrangeiros e ameaçam a tradição de asilo.

o Pequena cronologia:

1931: Cerca de 2.500 trabalhadores de todas as origens e nacionalidades trabalham na construção dos pavilhões construídos para a Exposição Colonial Internacional, incluindo o *Palais de la Porte Dorée*. Inaugurado em maio, marca o apogeu simbólico da "maior França" e do Império.

[Tapez ici]

1932: A lei de 10 de agosto limita o número de estrangeiros autorizados a trabalhar em França. Nos anos que se seguem, quase 700 decretos detalham a sua aplicação.

1936: Início da guerra civil espanhola e chegada dos primeiros exilados; os mais pobres recebem ajuda material. Aos refugiados da Alemanha é concedida proteção internacional sob certas condições. Podem ser deportados em nome da ordem pública, e o acesso ao mercado de trabalho continua a ser muito limitado.

1938: Os decretos-lei emitidos pelo governo de Edouard Daladier reforçam o controlo e a vigilância dos estrangeiros; as possibilidades de infração multiplicam-se e são por vezes severamente punidas.

- CP 5.1 *Ordre public et surveillance politique*

Texto de subsecção

Ordem pública e vigilância política

Os estrangeiros e migrantes provenientes das colónias são vigiados de perto. Em Paris, a prefeitura da polícia instaura um sistema de registo para todos os estrangeiros. A importação de conflitos políticos externos, o medo do comunismo e vários atentados de grande visibilidade alimentam a denúncia de "metecos" e "desordeiros". As expulsões de ativistas multiplicam-se. As ligas nacionalistas e a extrema-direita prosperam neste terreno fértil, dando livre curso à sua xenofobia e antissemitismo. À esquerda, a Liga dos Direitos Humanos, em particular, mobiliza-se para defender o Estado de direito, mas os partidos e sindicatos nem sempre evitam a tentação de se retirarem.

- CP 5.2 *Crise économique et préférence nationale*

Texto de subsecção

Crise económica e preferência nacional

Com a crise, o protecionismo torna-se a regra. Em 1932, uma lei limita o acesso de estrangeiros ao mercado de trabalho. Impulsionadas pela desconfiança da República e pela hostilidade aos "metecos", as classes médias mobilizam-se contra a concorrência estrangeira.

Médicos e advogados impõe uma proibição das suas profissões a cidadãos não nacionais e a cidadãos recentemente naturalizados. Os artesãos e depois os comerciantes obtêm a submissão de

[Tapez ici]

estrangeiros ao regime de bilhete de identidade do trabalhador. Porém, aqueles que perdem os seus empregos perdem frequentemente os seus bilhetes de identidade e, por conseguinte, o direito de residência. Muitos despedimentos conduzem a reprimendas e repatriamentos, para além da partida voluntária daqueles que são forçados à ilegalidade.

- CP 5.3.1 *Solidarités inachevées*

Texto de subsecção

Solidariedades incompletas

Na primavera de 1936, a Frente Popular une trabalhadores franceses, estrangeiros e coloniais em greves e manifestações. À esquerda, partidos e sindicatos mobilizam-se para ajudar e acolher refugiados alemães e espanhóis. Mas esta solidariedade foi de curta duração.

O governo não renuncia ao protecionismo ou expulsões, mesmo fazendo prova de liberalismo na aplicação. Em 1937, alguns estrangeiros envolvem-se numa série de crimes e atentados, o que leva a um endurecimento da opinião pública. As exigências hitlerianas, a ascensão de ditaduras e a chegada de novos refugiados dividem ainda mais o país. Em 1938, após a queda da Frente Popular, os decretos-lei Daladier abrem um período de incerteza, ameaça e precariedade para os estrangeiros.

- CP 5.4 *La France, empire colonial*

Texto de subsecção

A França, império colonial

Durante o período entre guerras, a França, fortalecida pela sua vitória sobre a Alemanha em 1918, mas enfraquecida pelo derramamento de sangue da Primeira Guerra Mundial, vê o seu império como um trunfo para conservar a sua posição de principal potência mundial. As possessões imperiais aparecem como um reservatório de homens e matérias-primas. O slogan "*La plus grande France*" (A Maior França) torna-se um dos slogans da Exposição Colonial Internacional de 1931. O desaparecimento do Império Otomano também leva o país a apresentar-se como uma "potência muçulmana", a fim de tirar partido do mesmo nas relações diplomáticas. No exterior, a França paga

[Tapez ici]

a muitos agentes de instituições islâmicas (escolas, tribunais, mesquitas...), na esperança de os controlar.

1940

- Entrée de date :

Estrangeiros e perseguidos em tempo de guerra

No início de 1939, a República, nos seus anos crepusculares, concede asilo a espanhóis envolvidos num êxodo maciço no final da guerra civil, e a refugiados que tentam escapar ao poder nazi.

Em setembro, quando a guerra começa, soldados coloniais, apátridas e beneficiários do direito de asilo são mobilizados. Alguns estrangeiros alistam-se do lado da França enquanto outros, tratados como inimigos ou indesejáveis, são internados.

O colapso militar de 1940 leva à ocupação de parte do país, e à queda da República, substituída pelo regime de Vichy. Em poucos meses, a antiga ordem é varrida. Vichy e o ocupante alemão impõe novas linhas divisórias.

Os direitos dos franceses naturalizados são amputados e os respetivos estatutos ameaçados. Uma divisão legal separa doravante radicalmente judeus e não judeus, em consonância com o discurso antissemita dos anos 1930. A partir de 1942, os nazis planeiam e impõe o extermínio de judeus na Europa ocupada. Vichy torna-se cúmplice deste crime, em nome da sua política xenófoba e antissemita de colaboração. As rusgas e deportações, especialmente de crianças, sensibilizam gradualmente a opinião pública e levam a atos de resgate.

Em 1944, estrangeiros e colonizados, combatentes da resistência ou mobilizados do exército participam na Libertação. No caos que se segue à rendição alemã, a França encontra-se no coração de deslocamentos maciços que transformam a imagem das migrações. O Império também evolui: a União Francesa, criada em 1946, transforma o quadro institucional; uma série de insurreições vem contestar a ordem colonial.

Com o regresso à legalidade republicana, novos textos jurídicos definem as condições de acesso à nacionalidade, entrada e residência de estrangeiros. O Estado encarrega-se doravante do recrutamento da mão-de-obra estrangeira que era essencial para a reconstrução.

[Tapez ici]

o Pequena cronologia:

1940: Aplicação de uma política antissemítica, que exclui os judeus da nação: regulamentos alemães na zona ocupada; para o regime de Vichy, revisão das naturalizações, criação do estatuto dos judeus e abolição do decreto Crémieux que concedia desde 1870 a cidadania aos judeus de Argélia.

1942: Decidida pelos nazis e conduzida pela polícia francesa, a rusga do "Vel' d'Hiv" visa principalmente os judeus apátridas e os seus filhos. A 16 e 17 de julho de 1942, 12.884 pessoas são presas: 3.031 homens; 5.802 mulheres; 4.051 crianças com menos de 16 anos, quase todas francesas, entregues por Vichy sem terem ainda sido reclamadas pelos nazis.

1943: Depois dos franceses, os estrangeiros foram requisitados para o Serviço de trabalho obrigatório na Alemanha. O ocupante nazi também recruta, voluntariamente ou à força, estrangeiros e coloniais para trabalhar em França em obras e empresas sob o seu controlo.

1945: Dois despachos do Governo provisório da República redefinem as condições de nacionalidade, entrada e residência de estrangeiros. Marcam o regresso à legalidade republicana em matéria de imigração e, não sem debate, excluem a seleção étnica dos migrantes.

- CP 6.1 *Le crépuscule républicain*

Texto de subsecção

O crepúsculo republicano

No final de janeiro de 1939, em Espanha, a queda de Barcelona anuncia a derrota republicana e a vitória de Franco. Segue-se um êxodo - la Retirada - que leva a França a abrir a sua fronteira. Mais de 475.000 refugiados espanhóis, civis e militares, atravessam-na em menos de três semanas. Mulheres e crianças são evacuadas para centros de acolhimento. Os homens são internados em campos construídos precipitadamente, controlados pelo exército e sujeitos a um regime extremamente rigoroso.

Em setembro, após entrar em guerra contra o Reich, a França decide internar, como "inimigos", alemães e austríacos que viviam no seu solo, incluindo refugiados antinazis. Após numerosas libertações durante o inverno, as detenções são retomadas em maio, na altura da ofensiva alemã. Desta vez, visam também as mulheres, que tinham sido poupadas até então. Os campos tornam-se uma armadilha: o acordo de armistício de junho de 1940 prevê a entrega de refugiados antinazis internados a pedido das autoridades de ocupação.

[Tapez ici]

- CP 6.2.1 *Le système d'internement*

Texto de subsecção

Perseguições e exterminação

A partir de 1940, Vichy e o ocupante nazi implementam políticas antissemitas, por meio de diferentes instrumentos. Para o regime de Pétain, são associadas a medidas xenófobas: internamento de estrangeiros da "raça judaica", revisão das naturalizações, trabalho forçado no seio de "grupos de trabalhadores estrangeiros".

A partir de 1942, a política de genocídio dos nazis visa todos os judeus. Em nome da colaboração, Vichy coloca o poder do Estado ao serviço deste crime. Antissemita e xenófobo, o regime opta por entregar primeiro os apátridas, os estrangeiros e os seus filhos nascidos em França. Após a invasão da zona Sul em novembro de 1942, a repressão atinge os judeus sem qualquer distinção de nacionalidade. Os estrangeiros, sacrificados primeiro e menos bem integrados, são os mais afetados: 40% dos judeus estrangeiros e 16% dos judeus franceses são deportados e assassinados.

- CP 6.3 *Sauvetages, résistances et engagements militaires*

Texto de subsecção

Resgate, resistência e envolvimentos militares

O envolvimento de estrangeiros e coloniais contra o ocupante assume todas as formas de combate clandestino, mas manifesta-se especialmente na luta armada. No seio da Resistência, as respetivas escolhas políticas e nacionais de cada um, dividem-nos por vezes. No entanto, a luta contra o inimigo comum é um fator unificador, reunindo-os e aproximando-os dos franceses.

Os alistamentos militares, tanto na França livre como no exército regular, também constroem uma história partilhada. Mas a coragem dos heróis do *Affiche Rouge*, dos combatentes espanhóis da 2ª divisão blindada ou dos soldados coloniais do 1º exército francês não é suficiente para dissipar a desconfiança. Após a guerra, a ordem colonial continua a impor-se com violência. Os estrangeiros são integrados, mas em silêncio, sem qualquer reconhecimento das injustiças sofridas nos anos 1930.

[Tapez ici]

Texto global

Solidariedades e resgates

Após a derrota de 1940, raras são as pessoas que vêm em auxílio dos perseguidos. Em Marselha, o americano Varian Fry ajuda quase 2.000 pessoas a sair de França, tanto francesas como estrangeiras, incluindo muitos artistas e intelectuais. No final de 1940, a *Cimade*, uma associação protestante de apoio aos refugiados, instala-se no campo de Gurs para ajudar os internados espanhóis e os judeus estrangeiros. Após as rusgas do verão de 1942, levantam-se protestos solenes nas igrejas e no seio da Resistência. A opinião pública comove-se; são criadas redes de resgate para esconder e proteger os judeus, como em Chambon-sur-Lignon.

- 6.4.2 Solder la guerre dans un monde en mouvement

Texto de subsecção

Resolver a guerra

Em maio de 1945, a Europa conta com mais de 10 milhões de pessoas deslocadas que tinham sido vítimas do nazismo. Durante o verão, os Aliados repatriam-nos em massa a partir das zonas de ocupação. Os que ficam - cerca de 1 milhão - são gradualmente reinstalados em todo o mundo.

No final da guerra, parte do Império francês ergue-se e sofre em troca uma violenta repressão. A União Francesa, criada em 1946, torna a ordem imperial mais flexível. Concede às populações colonizadas uma maior liberdade de circulação e acompanha o desmantelamento progressivo do regime indígena. No entanto, os fundamentos desiguais da dominação colonial permanecem.

Os despachos de 1945 sobre a nacionalidade, entrada e residência de estrangeiros marcam, não sem hesitação, o regresso à legalidade republicana. Estabelecem por fim um estatuto estável para os estrangeiros e fornecem um enquadramento para o recrutamento de uma mão-de-obra essencial para a reconstrução.

- Entrée de date :

Reconstrução, descolonizações e migrações

No período imediato pós-guerra, enquanto o número de estrangeiros em França tinha diminuído significativamente (regressos ao país e naturalizações), inicia-se um novo ciclo migratório: de 1947 a 1975, o número de estrangeiros no território duplica, passando de 1,7 milhões para 3,4 milhões.

Inicialmente, trata-se de uma mão-de-obra estrangeira pouco qualificada que participa na reconstrução da França e no crescimento económico dos "Trinta Gloriosos".

Depois, no contexto da Guerra Fria, os refugiados em fuga de países comunistas ou ditaduras encontram asilo em França.

A independência da Argélia a 3 de julho de 1962, após oito anos de guerra, é também a origem de um vasto movimento migratório: 1 milhão de franceses são repatriados da Argélia para a metrópole (80% deles em 1962). Foi o êxodo mais maciço que a França alguma vez assistira.

Depois das independências africanas, a atitude da França em relação aos seus antigos colonizados, agora chamados "trabalhadores imigrantes", é ambivalente: embora demonstrasse uma certa desconfiança, não deseja tratá-los como estrangeiros comuns e prevê conceder-lhes certos direitos específicos. A imigração europeia, mesmo que irregular, continua a ser privilegiada.

Dentro da sociedade, os estrangeiros são cada vez mais visíveis: as suas condições de vida precárias (bairros de lata ou alojamentos anti-higiénicos) suscitam novos compromissos e novas mobilizações.

- o Pequena cronologia:

5 de julho de 1962: Independência da Argélia. Êxodo de mais de 800.000 franceses e europeus da Argélia que vêm instalar-se na metrópole (os "repatriados").

1963: Criação do Escritório para o desenvolvimento das migrações nos departamentos ultramarinos - Reunião, Guadalupe e Martinica (Bumidom). Será dissolvido em 1981.

1963-1965: Acordos de mão-de-obra com Marrocos, Portugal, Tunísia e Jugoslávia.

1965: O bairro de lata de Champigny-sur-Marne atinge a sua dimensão máxima: é o lar de quase 15.000 habitantes, a grande maioria dos quais são portugueses.

[Tapez ici]

- CP 7.1.2 Guerre d'indépendance algérienne

Texto de subsecção

A independência da Argélia

5 de julho de 1962 é um dia de festa nos bairros das grandes cidades francesas onde vivem numerosos argelinos: após oito anos de guerra e 132 anos de colonização, a Argélia torna-se independente. Mais de 9 milhões de "muçulmanos franceses" passam a ser argelinos. Simultaneamente, quase 1 milhão de europeus fogem da Argélia para a metrópole.

Apenas uma pequena minoria dos 400.000 argelinos que na altura se encontram em França optam pela nacionalidade francesa. A população imigrante argelina, muito envolvida na luta pela independência, sofreu anos de repressão policial e enfrentou também divisões internas profundas.

- CP 7.2.1

Texto de subsecção

Descolonizações

A Exposição Colonial de 1931 tinha destacado a "grande França". Com as descolonizações, o império de 100 milhões de habitantes está agora reduzido à "França metropolitana" e aos departamentos e territórios ultramarinos.

Entre 1954 e 1975, dezenas de milhões de pessoas que eram até então francesas (sem no entanto beneficiarem na sua maioria da cidadania plena) adquirem novas nacionalidades: vietnamita, argelina, comoriana...

Os europeus são "repatriados" da Indochina em 1954, do Egipto em 1956 e da África do Norte entre 1955 e 1962. Os seus auxiliares locais, civis ou militares, lutam para encontrar um lugar nestas transferências de população e experimentam condições de acolhimento particularmente difíceis.

- CP 7.3 O Salto, l'immigration portugaise

Texto de subsecção

[Tapez ici]

O Salto, a imigração portuguesa

Lançado em 1967, *O Salto* conta a história do exílio do povo português que, fugindo do alistamento e das guerras coloniais, atravessa as fronteiras espanholas e francesas de forma irregular.

A partir de 1964, estas entradas clandestinas, desaprovadas pela ditadura de Salazar, são toleradas pela França e acompanhadas por um processo de regularização estabelecido à chegada à estação de Hendaye. Para além destas migrações, juntam-se as organizadas no âmbito do acordo de mão de obra com Portugal. As autoridades francesas procuram assim encorajar a chegada de portugueses.

Desde o final dos anos 1950 até meados dos anos 1970, o número de portugueses em França passa de 20.000 para 750.000: é nessa época, a comunidade estrangeira mais numerosa no território.

- CP 7.4 *Sontiers de la croissance*

Texto de subsecção

Aparadores do crescimento

A partir de meados dos anos 1950, a França vive um período de forte crescimento económico. A indústria carece ainda mais de mão-de-obra, pois centenas de milhares de recrutas estão ocupados com a guerra argelina. A imigração espontânea, particularmente de Itália e Argélia, já não é suficiente para satisfazer a necessidade de uma mão-de-obra precária. Com isto em mente, são concluídos acordos com vários países como Marrocos, Jugoslávia e Portugal no início dos anos 1960.

Ao contrário das crianças da classe trabalhadora francesa, que nessa época experimentam um início de mobilidade social favorecida pela extensão da escolaridade, os imigrantes beneficiam pouco da melhoria das condições de vida. Permanecem à margem da sociedade salarial.

1973

- Entrée de date :

Texto de secção

1973: Politização da imigração

Os anos 1970 assistem a um aumento das agressões e crimes racistas em França. Após a crise causada pela crise petrolífera de 1973, o governo francês quer "controlar os fluxos migratórios" e decide "suspender" a imigração laboral. De 1977 a 1981, com Valéry Giscard d'Estaing na presidência, as políticas de migração são reforçadas: maior recurso às expulsões e ao "regresso assistido", implementação de um regime de detenção administrativa, e o desejo de substituir os imigrantes pela mão-de-obra feminina francesa. A esquerda, os sindicatos, as igrejas e alguns partidos de direita mobilizam-se contra esta política de regresso forçado.

Paralelamente, na sequência de maio de 1968 e das mobilizações anticoloniais, forma-se um movimento de defesa dos direitos dos trabalhadores imigrantes. As reivindicações são diversas e numerosas: denúncia de crimes racistas, reforma do funcionamento dos agregados familiares, acesso a um alojamento decente, obtenção de um estatuto jurídico estável, justiça social nas fábricas, representação dos imigrantes nos sindicatos... Nestas áreas, as vitórias alternam-se com episódios de repressão e expulsão.

Nessa época, a França também acolhe muitos exilados políticos: portugueses que fogem das guerras coloniais, oponentes das ditaduras sul-americanas ou *boat people* do sudeste asiático.

- o Pequena cronologia

1972: É agora necessário um contrato de trabalho e alojamento para obter uma autorização de residência (circulares Marcellin-Fontanet). Primeiras mobilizações de migrantes indocumentados, por vezes sob a forma de greves de fome.

1973: O verão e o outono ficam marcados por numerosas violências racistas, particularmente na região de Marselha.

3 de julho de 1974: O governo liderado por Jacques Chirac suspende a imigração económica.

[Tapez ici]

1975: A França apoia-se no Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e nas associações humanitárias para receber milhares de refugiados do Vietname, Camboja e Laos.

8 de dezembro de 1978: A decisão Gisti do Conselho de Estado eleva o direito ao reagrupamento familiar à categoria de "princípio geral de direito" e conclui que a família reagrupada beneficia igualmente do direito ao trabalho.

- CP 8.1 *Les raisons complexes de l'arrêt de l'immigration de travail*

Texto de subsecção

As razões complexas da interrupção da imigração laboral

A 3 de julho de 1974, o governo liderado por Jacques Chirac "suspende" a imigração laboral. Esta é uma verdadeira rutura com o modelo que tinha estado em vigor desde o período pós-guerra. O argumento apresentado é a necessidade de combater o aumento do desemprego, que tem estado em crescimento desde a crise petrolífera de 1973. Mas outros fatores entram em jogo: o medo de uma explosão demográfica no Terceiro Mundo, o desejo de pôr fim à imigração argelina, o medo de um novo maio de 1968 que mobilize os imigrantes... Ao mesmo tempo que se põe fim à imigração laboral legal, a imigração ilegal acomoda-se. O incentivo ao regresso é experimentado em 1977: são sobretudo os imigrantes que já estavam prontos a partir que tiram partido do mesmo.

- CP 8.2 *Mobilisation par les droits et pour les droits*

Texto de subsecção

Mobilização por direitos e pelos direitos

A morte de cinco malianos que sufocaram num albergue em Aubervilliers, na noite de 31 de dezembro de 1970, desencadeia uma série de mobilizações. As greves da fome multiplicam-se em albergues, bairros e igrejas, frequentemente apoiadas por intelectuais, sindicatos e associações. O início da década de 1970 é também marcado por várias greves de trabalhadores imigrantes. Nas fábricas, as reivindicações incidem sobre salários, condições de trabalho e acesso ao alojamento. Os sindicatos nem sempre apoiam estes movimentos. Em 1980, a longa greve de fome dos trabalhadores turcos de Sentier representa um importante marco na mobilização dos "indocumentados": altamente mediatizada, acompanhada de manifestações, leva à regularização de um grande número de trabalhadores indocumentados.

- CP 8.3 *L'accueil de nouveaux réfugiés*

Texto de subsecção

[Tapez ici]

O acolhimento de novos refugiados

Entre 1964 e 1979, a França recebe 15.000 exilados políticos da América Latina (brasileiros, argentinos, uruguaios e sobretudo chilenos). Cerca de 10.000 deles obtêm o estatuto de refugiados pelo Escritório Francês para a Proteção de Refugiados e Apátridas (Ofpra). De 1975 a 1989, com o apoio das autoridades e intelectuais, a França concede asilo a cerca de 130.000 *boat people* do Sudeste Asiático (vietnamitas, laocianos, cambojanos). O país recupera assim a sua imagem de terra de direitos humanos que tinha sido danificada pelas guerras de descolonização. O acolhimento reservado a estes refugiados em fuga de um regime comunista contrasta com a política migratória pouco acolhedora da época.

- CP 8.4 *Rixes et attentats xénophobes*

Texto de subsecção

Motins e atentados xenófobos

No início dos anos 1970, as violências xenófobas, alimentadas por grupos de extrema-direita, multiplicam-se contra os magrebinos. O caso Djellali Ben Ali, um adolescente assassinado por um porteiro em outubro de 1971, causa impacto na opinião pública. Em novembro de 1971, a França ratifica finalmente a Convenção Internacional contra a Discriminação Racial de 1965. A lei de 1 de julho de 1972 (lei Pleven) cria um delito de incitamento à discriminação, ao ódio ou à violência racial. Castiga qualquer representante da autoridade pública que "conscientemente" recuse um direito legítimo com base em critérios raciais ou religiosos. As associações podem doravante intentar ações civis. Contudo, esta lei raramente é aplicada, uma vez que é muitas vezes difícil provar a intencionalidade da discriminação.

Primeira, segunda, terceira geração! Lutas pelos direitos e o surgimento de novas fronteiras

Após a eleição de François Mitterrand em 1981 e o sucesso da esquerda nas eleições legislativas, o governo regulariza os imigrantes indocumentados (135.000 beneficiários), concede o direito de associação aos estrangeiros, suspende as expulsões e anula parcialmente as medidas repressivas da década anterior.

É um período de efervescência, entre as mobilizações contra a violência xenófoba e racista e a eclosão de uma nova cultura política, urbana e artística.

Em 1983, a Marcha pela igualdade e contra o racismo contribui para dar mais visibilidade aos descendentes da imigração no espaço público. Resulta na introdução da autorização de residência, que é agora válida por dez anos. 1983 vê também as primeiras vitórias da Frente Nacional nas eleições municipais, um partido político que denuncia virulentamente a imigração.

Os problemas dos subúrbios tornam-se um verdadeiro tema de debate político. Cada vez mais famílias de classe média estão a abandonar os "grandes complexos", que se tornarão no símbolo das dificuldades das políticas urbanas e de integração.

No que diz respeito à regulamentação do direito de residência e do direito de asilo para estrangeiros, torna-se mais rigorosa desde o início dos anos 1980. Algumas decisões virão a ter efeitos duráveis: o recomeço das expulsões, o recurso à detenção administrativa, e um escrutínio mais rigoroso das entradas. O fosso aumenta entre, por um lado, os regulares que poderiam ser "integrados" e, por outro, os migrantes indocumentados que poderiam ser "expulsos". Progressivamente, o acesso ao asilo é restringido enquanto a lei da nacionalidade é intensamente politizada.

[Tapez ici]

- Pequena cronologia

1983: Primeira vaga eleitoral da Frente Nacional nas eleições municipais.

1983-1984: Marcha pela igualdade e contra o racismo; adoção da autorização de residência de dez anos.

1980-1986: Visto obrigatório para os visitantes estrangeiros em França. Apenas alguns grupos nacionais, incluindo os cidadãos suíços, cidadãos da CEE e dos EUA, estão isentos.

1986, 1993, 1997: Leis Pasqua-Debré, que reforçam as condições de entrada e residência de estrangeiros, bem como o acesso à nacionalidade para os filhos de imigrantes.

- CP 9.1.1 *Mobilisations des travailleurs et stigmatisations*

Texto de subsecção

Mobilizações dos trabalhadores e estigmatização dos muçulmanos

Os anos de "retoma" são seguidos por um período de crise e austeridade: a "viragem para as políticas de rigor" de 1983. As indústrias da siderurgia e do automóvel procedem a despedimentos em massa. As greves multiplicam-se.

Em nome da liberdade de religião, os trabalhadores muçulmanos apresentam reivindicações religiosas. As imagens dos trabalhadores a rezar na fábrica são mediatizadas. As declarações de vários ministros contribuem para focalizar o debate sobre o "problema muçulmano". Em outubro de 1989, três alunas do colégio de Creil recusam-se a retirar os seus lenços da cabeça nas aulas e são expulsas do estabelecimento. O Conselho de Estado reafirma a livre expressão das crenças no ambiente escolar mas proíbe, em nome do secularismo, o uso de sinais religiosos considerados prosélitos.

- CP 9.2 *La Marche pour l'égalité*

Texto de subsecção

A Marcha pela igualdade: a emergência de descendentes de imigrantes no espaço público

Durante muito tempo, a imagem da imigração foi reduzida a trabalhadores do sexo masculino. No final da década de 1970, as mulheres e descendentes de imigrantes fazem a sua entrada no espaço

[Tapez ici]

mediático. A 3 de dezembro de 1983, a Marcha pela igualdade e contra o racismo, que tinha começado em Marselha um mês e meio atrás, chega à Praça da Bastilha em Paris, seguida por um cortejo de mais de 100.000 pessoas. O júbilo coletivo dá origem a uma esperança de um futuro fraternal. Apoiada no final por quase todo o campo sindical, religioso, associativo e mediático e pelos partidos de esquerda, a marcha constitui um grande momento político para os descendentes da imigração. O nome "Marcha dos *Beurs*" ("Árabes" em calão francês) não reflete, contudo, a grande variedade de percursos migratórios e histórias familiares dos caminhantes.

- CP 9.3 Dimension culturelle des mobilisations « Salon mosaïque »

Texto de subsecção

Dimensão cultural das mobilizações "*Salon mosaïque*"

Em sinal de uma verdadeira mobilização cultural e política, os jornais, fanzines, grupos de teatro, grupos de rock, associações e meios de comunicação multiplicam-se. Em 1981, as estações de rádio livres são autorizadas. Algumas delas são animadas por imigrantes e descendentes: Radio Soleil, Radio Gazelle em Marselha, Radio Beur... De 1977 a 1987, o programa *Mosaïques*, financiado pela Secretaria de Estado da Imigração, oferece todos os domingos um panorama das culturas imigrantes no canal público de televisão FR3. Em 1984, o programa HIP-HOP, apresentado por Sidney Duteil e transmitido todos os domingos à tarde na TF1, marca uma parte da juventude e favorece a emergência do movimento rap. Joey Starr, MC Solaar e Stomy Bugsy assistem assim regularmente ao programa.

1995

A hora da Europa

A integração europeia transforma profundamente as questões de migração e asilo em França. De Schengen a Dublin, o princípio de um regime de mobilidade que distingue os europeus dos não europeus é reforçado.

A Convenção de Schengen, que entrou em vigor em 1995, estabelece um espaço de livre circulação, sem passaportes nem controlos. Em 2023, esta área inclui 27 países, 23 dos quais são membros da União Europeia. As rotas migratórias dos europeus são agora mais flexíveis e a mobilidade está a tornar-se um formidável motor de integração. Mas esta integração é variável. Por exemplo, alguns países da UE, como a Irlanda, Chipre, Bulgária e Roménia, não fazem parte do espaço Schengen.

Em contrapartida à livre circulação, a União Europeia reforça as suas fronteiras externas. Em 2004, cria a agência Frontex, responsável pelo controlo das mesmas. Os Estados-Membros assinam acordos de readmissão com "países terceiros" e aumentam o número de operações de detenção ou de expulsão. Este reforço da fronteira externa no Leste e no Sul faz parte da definição de uma política comum de asilo e imigração. Nos termos da Convenção de Dublin de 1990, o exame de um pedido de asilo é agora confiado ao primeiro Estado-Membro através do qual o migrante entrou no espaço europeu.

Em França, o endurecimento das condições de residência e asilo leva a novas mobilizações nos anos 1990. A questão da estigmatização e do racismo infringido aos descendentes de imigrantes volta a ser objeto de debate público.

As iniciativas económicas, políticas e culturais dos imigrantes são numerosas. Alguns desenvolvem relações intensas com o país de origem ou com o dos pais.

1995: Entrada em vigor do acordo garantindo a livre circulação de pessoas e o levantamento dos controlos dentro do espaço Schengen. Este acordo estabelece o princípio da livre circulação dos europeus, em troca de controlos nas fronteiras externas.

[Tapez ici]

23 de agosto de 1996: Evacuação pela polícia de 210 migrantes indocumentados que ocupavam a igreja de Saint-Bernard no 18^o *arrondissement* de Paris.

2005: Tumultos de Clichy-sous-Bois, em reação à morte de dois adolescentes, Zied Benna e Bouna Traoré, eletrocutados numa estação elétrica enquanto tentavam escapar a um posto de controlo da polícia. Os tumultos eclodem em vários subúrbios durante quase três semanas, levando à introdução de um recolher obrigatório em 25 departamentos.

2008: O escritor Atiq Rahimi, nascido no Afeganistão em 1962, refugiado em França em 1985 e naturalizado francês em 1996, ganha o Prémio Goncourt.

2007: Abertura da *Cité nationale de l'histoire de l'immigration*, que se torna um museu em 2012, no *Palais de la Porte-Dorée*.

- CP 10.1

Texto de subsecção

As circulações europeias e o alargamento a Leste

A queda do muro de Berlim e o alargamento gradual da União Europeia para Leste constituem um ponto de viragem: os dissidentes e migrantes de ontem são doravante europeus.

O programa Erasmus, lançado em 1987, permite que milhões de estudantes europeus façam parte da sua formação noutra país, contribuindo assim para a emergência de uma geração europeia. Várias centenas de milhares de crianças terão nascido destes encontros entre jovens europeus.

Em França, a integração dos países da Europa Central e Oriental na União Europeia não se faz sem alguma contrariedade. Em 2005, durante a campanha eleitoral para a adoção do tratado constitucional europeu, à semelhança de um espantalho, a imagem do "canalizador polaco" que vem para França para trabalhar a baixo custo com menos proteção social encarna a ameaça de uma concorrência europeia desregulamentada. No entanto, embora alguns destes migrantes estejam empregados em França em vários sectores, muitos deles sentem-se mais atraídos pela Alemanha, Áustria, Itália, Espanha ou Grã-Bretanha.

[Tapez ici]

- CP 10.2

Texto de subsecção

Endurecimento das condições de residência e asilo

Durante a década de 1980, são impostos vistos de entrada a viajantes estrangeiros de países em desenvolvimento. Em 1995, estes vistos ficam conhecidos como os "vistos Schengen". A livre circulação é reservada aos nacionais de países ocidentais ou titulares de uma autorização de residência em França.

Entre 1978 e 1990, a proporção de decisões positivas na sequência do exame dos pedidos de asilo pelo Escritório Francês para a Proteção de Refugiados e Apátridas (Ofpra) diminui de 90 % para 15 %. Embora vários fatores tenham desempenhado um papel nesta crise (fim da Guerra Fria e acolhimento de dissidentes do bloco de Leste, questões diplomáticas entre a França e países terceiros), os números revelam também uma desconfiança em relação aos requerentes de asilo.

- CP 10.3

Texto de subsecção

As lutas dos trabalhadores indocumentados

As greves e ocupações de instalações são as formas mais frequentes de mobilização de trabalhadores indocumentados, que se encontram muitas vezes instalados em França desde há muito tempo. Para além das primeiras lutas dos anos 1970, acrescentam-se movimentos marcantes como os dos trabalhadores turcos de Sentier em 1980 ou, no início dos anos 1990, a intensa mobilização de requerentes de asilo rejeitados. Em 1996, as igrejas, símbolos de hospitalidade, são ocupadas - Saint-Ambroise e depois Saint-Bernard em Paris. Esta última é evacuada *manu militari* a 23 de agosto. Numerosos coletivos e associações, nacionais ou locais, comunitários ou de descendentes de imigrantes, participam nas mobilizações, quer humanitárias quer políticas.

- CP.10.4

Texto de subsecção

Circulações e enraizamento

[Tapez ici]

À chegada, os migrantes procuram frequentemente a companhia dos seus compatriotas. Os bairros chineses, magrebinos e turcos aparecem nas grandes cidades. São locais de compra, mas também importantes espaços de solidariedade e sociabilidade.

Para os imigrantes instalados em França, são estabelecidas múltiplas formas de mobilidade com o país de origem. A vida é por vezes organizada entre dois países - aqui e ali - que são habitados à sua própria maneira, graças à construção de uma residência secundária ou à manutenção de uma casa de família. As relações com o país natal são pontuadas pelas estações do ano, as necessidades, as alegrias e os rituais da vida familiar e comunitária.